

O PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO SEXUAL¹

*Mary Neide Damico Figueiró

RESUMO

O artigo aqui publicado resulta da participação da autora na mesa-redonda “Sexualidade: Questões Atuais” acontecida na V Jornada de Psicologia da UniFil (04/06 de out. de 2004). Aborda a temática da atuação do profissional psicólogo na especialidade de Educação Sexual. Baseando-se em sua longa vivência com este assunto, a autora esquadrinha separadamente os quatro campos de participação do psicólogo dentro do tema sexualidade: **clínica, educação, políticas públicas** ou **projetos educacionais/sociais e pesquisa**.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade; Atuação do Psicólogo.

ABSTRACT

The present article results from the participation of the author in the round table “Sexuality: Current questions”, which took place at *the V Jornada de Psicologia da UniFil* (June, 4-6, 2004). It approaches the psychologist’s professional action on sexual education. Based on her large experience on the subject, the author discusses separately on the four fields of a psychologist’s participation in sexuality: clinics, education, public policies or social/educational projects and research.

Key-words: Sexual Education, sexuality, psychologist’s work

INTRODUÇÃO

Antes da chegada dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o que se deu por volta de 1997, ao se pensar em Educação Sexual, a idéia que predominava era a de aulas sobre Biologia e Fisiologia da Sexualidade, ministradas por um professor, ou professora, preferencialmente, de Ciências. A partir daí, muita coisa mudou e os profissionais ligados à Educação começaram a compreender que esta é uma tarefa que necessita envolver todos os professores, assim como os demais profissionais preocupados com a formação integral e o bem-estar da criança e do jovem.

Penso que o psicólogo esteja demorando para se aproximar do campo da Educação Sexual e reconhecer quais são as possibilidades de contribuição que pode efetivamente oferecer. Isto se deve, muito certamente, à falhas nos currículos dos cursos de Psicologia que pouco ou nada contemplam sobre o tema sexualidade e, quando o fazem, geralmente, é na vertente de atuação clínica, abordando as parafilias sexuais.

¹ Texto apresentado na V Jornada de Psicologia da Unifil, como parte da mesa-redonda intitulada: “Sexualidade: Questões Atuais”. Período do evento: 4 a 6 de outubro de 2004.

*Psicóloga e docente da UEL. Mestre em Psicologia Escolar pela USP/SP e Doutora em Educação (UNESP/Marília, SP). Especialista em Educação Sexual pela Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: figueiro@onda.com.br

Uma das primeiras indagações que o psicólogo faz a si próprio, ou que fazem a ele, quando decide atuar no campo da sexualidade, diz respeito à necessidade de estar com sua “sexualidade bem resolvida”. Acredito que o fundamental, pelo menos para atuar como educador sexual, é que tenha uma visão positiva da sexualidade e, para isto, é necessário que tenha tido oportunidades de repensar seus valores, tabus, sentimentos, preconceitos e atitudes, ou seja, que tenha se reeducado sexualmente. Certamente, se tiver também uma vivência sem transtornos sexuais, isto contribuirá para potencializar sua atuação.

Quando e de que maneira é possível ao psicólogo atuar como educador sexual? O que significa educar sexualmente? Esta intervenção está, obrigatoriamente, vinculada ao campo da Psicologia Escolar, ou pode-se pensar na possibilidade de uma vinculação com a Psicologia como um todo? São de questões como estas que este texto tratará.

Com atividades profissionais ligadas à Educação Sexual, desde 1995, como professora universitária e supervisora do Estágio em Psicologia Escolar, em uma Universidade pública, tenho identificado a possibilidade de organização de quatro campos de atuação do psicólogo no tema sexualidade: clínica, educação, políticas públicas ou projetos educacionais/sociais e pesquisa. A seguir, procurarei abordar cada um deles, separadamente.

Atuação no trabalho clínico

Sem que necessariamente precise desenvolver um trabalho de terapia sexual, é importante que o psicólogo aborde questões ligadas à vida sexual de seu paciente, se desejar ter êxito no tratamento, da mesma forma que um educador só terá êxito completo na formação de seu aluno, se olhar para ele como um ser humano na sua totalidade, criando oportunidades para que o mesmo aprenda e reflita sobre a sexualidade.

Considerando que a sexualidade é, segundo MELO (2001, p.132), uma “[...] dimensão existencial, parte inseparável da condição humana, histórica, processual e mutável [...]”, não abordar tal aspecto da vida, no processo de terapia, mesmo que a queixa seja de outra natureza, significa seccionar o paciente e ignorar um elemento que é de fundamental importância, tanto em seu desenvolvimento psicológico, quanto para sua saúde mental. O médico e psicoterapeuta Gérson Lopes (informação verbal)² afirma que o terapeuta, assim como o ginecologista, deve perguntar ao paciente como anda a sua vida sexual e afetiva e se deseja conversar sobre ela. Em que momento introduzir a questão, fica a cargo da sensibilidade de cada terapeuta. Pode, no entanto, ter efeito potencializador se acontecer na fase inicial do atendimento.

Educar sexualmente é criar espaço para a pessoa rever seus preconceitos e tabus, apreender os conhecimentos e as informações necessários e, especialmente, oportunizar a expressão de sentimentos, angústias e dúvidas acerca da sexualidade, o que pode ser feito, tanto no espaço escolar, com estratégias apropriadas, como no espaço da clínica. Educar sexualmente é, sobretudo, ajudar as pessoas a reeducarem-se, uma vez que a grande maioria delas recebe influências negativas no decorrer de seu desenvolvimento, tanto na família, quanto na escola e na sociedade, o que as conduz à construção de uma visão e de uma vivência pobres e, muitas vezes negativas, da sexualidade.

² LOPES, Gérson. Sexualidade humana: a investigação sexológica. In: I CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM SEXUALIDADE CLÍNICA. Londrina: SOGIPA, 2002.

A própria intervenção em terapia sexual, além das medidas voltadas diretamente para as dificuldades ou disfunções sexuais, precisa ter como base o processo de reeducação sexual, pois segundo Dr. Moacir COSTA (1997):

“Livrar-se dos tabus sexuais e redescobrir o prazer do corpo são os primeiros passos para uma sexualidade sadia. Não adianta sair correndo atrás de milagres momentâneos [...] Os homens [eu diria: as pessoas] não podem buscar, às escondidas uma solução mágica para a sexualidade. Precisam rever passo a passo sua trajetória pessoal e encontrar uma nova forma de aproximação consigo mesmo e com a figura feminina [e eu diria: feminina e/ou masculina]. A mudança exige novas atitudes. Tocar, acariciar e, envolver-se por inteiro, em lugar de atacar e investir no sexo genital. Buscar proteção e conforto, em lugar de descompromisso e performance.” (p.169).

Vale a pena registrar uma situação que acompanhei como supervisora do Estágio em Psicologia Escolar. Uma aluna do 4º ano, de 20 anos, aproximadamente, que participava, semanalmente, de supervisões em equipe, onde debatíamos os temas relativos à sexualidade, como forma de preparação para sua intervenção junto a um grupo de pais (a fim de ajudá-los a aprender a conversar sobre sexualidade com seus filhos), demonstrava acentuado retraimento ao expressar sua opinião e seus sentimentos. À medida em que avançamos nas supervisões, começou a participar e a desabafar a respeito da forte repressão que sofria por parte de sua mãe que, sendo católica praticante, inculcava-lhe valores morais tradicionais, como por exemplo, a importância de se casar virgem. Uma atitude comum também, era a de proibir a filha de assistir a novela das 20h., veiculada pela Rede Globo, por considerá-la um programa amoral; da mesma forma, não permitia que a filha assistisse a filmes, com as amigas, sem que antes ela, a mãe, assistisse, liberando somente os que não trouxessem cena de sexo. Foi sendo possível perceber o progresso da aluna nas discussões subsequentes, à medida em que as oportunidades de reflexão em grupo, com as colegas de turma, foram acontecendo. Comentou, durante uma supervisão, que fazia terapia há um ano e que não falava sobre questões ligadas à sexualidade, nem sequer ao namorado e que, após o trabalho no Estágio em Psicologia Escolar, começou a abordar tais assuntos na terapia, o que fez com que a mesma evoluísse.

Este fato é um bom exemplo de um terapeuta que não consegue tratar seu paciente por inteiro e, neste caso, mais um depoimento vem ilustrar as implicações de tamanha omissão profissional. No mesmo evento em que esta mesa-redonda aconteceu, logo em seguida, no período da tarde, quando ministrei um mini-curso onde tratei do tema: “O papel do psicólogo diante da homossexualidade”, o depoimento de uma professora que participava do mini-curso nos conduziu a uma reflexão semelhante. Ela contou sobre um aluno que vinha frequentando terapia, aproximadamente, há um ano, e que apresentava dificuldades escolares devido a problemas de ordem psicológica. Percebendo que ele estava triste, perguntou se queria conversar. Ao lhe falar pessoalmente, o aluno disse que vinha sofrendo muito porque desconfiava ser homossexual. Assim, ela pôde constatar que seu aluno vinha vivenciando angústias, insegurança e medo. Quando lhe perguntou se falava sobre isto com a sua terapeuta, ele disse que não, pois tratava apenas das questões que o levaram à busca da terapia. A educadora, certamente, mostrou ter maior abertura afetiva para o aluno como pessoa, que a própria terapeuta.

É possível, então, que dúvidas a respeito da própria orientação sexual estejam sendo um empecilho para uma vida feliz e saudável e somando-se a outros fatores causadores de distúrbios psicológicos, o que confirma a necessidade de se tratar o indivíduo de forma holística. O próprio Conselho Federal de Psicologia (CPF), ao estabelecer normas para a atuação dos psicólogos em relação à questão da orientação sexual (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999) reconhece que "...a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade."

É comum que adolescentes tenham dúvidas sobre o crescimento do seu corpo e o desenvolvimento de sua sexualidade, assim como sobre questões ligadas ao próprio relacionamento afetivo-sexual e, tudo isto pode gerar fantasias, angústias, inseguranças e medos. Apesar de estarmos em uma época onde muitas informações são veiculadas pela mídia, vários autores são unânimes em afirmar que nossos jovens desconhecem muito sobre seu corpo e sua sexualidade. Entre esses autores, citam-se, por exemplo, AFONSO (2001), ARRUDA (1992), PERES (2000) e SAYÃO (1997).

Faltam, aos nossos adolescentes, oportunidades para conversarem aberta e positivamente sobre o assunto, em casa e na escola, trocarem idéias e desenvolverem autonomia. E por que o psicólogo não poderia estar abrindo espaço, durante a terapia, para educar sexualmente?

Trabalhando com crianças, por exemplo, independente da queixa, o psicólogo pode introduzir livros que expliquem sobre o corpo, sobre de onde vêm os bebês, etc. Não é preciso esperar a criança perguntar, nem pedir; pode-se instigar para que ela aprenda e reflita sobre estas questões. Se a criança mostrar-se disposta e aceitar o desafio, certamente, haverá um ganho paralelo no sentido de se conquistar uma maior aproximação afetiva terapeuta-paciente, semelhante ao que acontece com os professores que conversam sobre este tema, na sala-de-aula, conforme constatei em minha pesquisa (FIGUEIRÓ, 2001a) e conforme apontam, também, os PCN. Poderá haver ainda uma melhora no desempenho escolar do educando, em seu relacionamento com os colegas e, provavelmente, com as demais pessoas. (BRASIL, 2000).

Já que a Educação Sexual é muito mais que trabalhar informações e é, acima de tudo, trabalhar sentimentos e atitudes, o espaço de terapia é bastante válido. É também um espaço oportuno para contribuir para a revisão de crenças, tabus, sentimentos negativos e preconceitos que o paciente possa trazer consigo. Todo o trabalho, nesta linha, estará favorecendo o auto-conhecimento e a auto-aceitação, que são alguns dos eixos fundamentais do processo terapêutico.

Segundo PATTO (1987), [...] a verdadeira cura deve produzir no paciente um esclarecimento ideológico sobre o sistema social que o enfermou e interseccionar-se com uma prática política transformadora deste sistema. (p.195).

O que foi acima pontuado sobre a atuação do psicólogo clínico como educador sexual é extensivo para a terapia de adulto e de pessoa idosa. Por exemplo, criar espaço para que a pessoa reflita sobre como foi sua Educação Sexual, como se deu seu processo pessoal de construção daquilo que pensa e sente sobre questões ligadas à sexualidade, ao relacionamento amoroso e afetivo-sexual, pode ter um efeito educativo e terapêutico, conforme demonstrou PIRES (2003), em seu estudo com senhoras da terceira idade.

Finalmente, devo dizer que, mesmo que o psicólogo opte por não atuar como educador sexual no espaço da clínica, ou se recuse a fazê-lo, estará atuando como tal, apesar de não se dar conta, pois, todos somos educadores sexuais, uma vez que todos influenciemos as pessoas em seu processo de construção (que perdura ao longo de toda a vida) da visão da sexualidade, da visão de corpo e de relacionamento afetivo-sexual. Influenciamos com nossas atitudes, com-

portamento verbal e não-verbal e até com as mensagens subliminares que passamos, nos momentos em que nos esquivamos ou fugimos de falar no assunto. (FIGUEIRÓ, 1999)

Atuação no campo educacional

Aqui se trata de pensar, especificamente, no trabalho de ensino das questões de sexualidade no espaço escolar, ou em instituições ou órgãos que prestam serviços de natureza educacional/social, como por exemplo, creches e orfanatos³. O que pode o psicólogo fazer? Em que consistiria precisamente sua função? Seria ele o responsável por coordenar oficinas com adolescentes, porque está apto a trabalhar com dinâmicas de grupo? Primeiramente penso que o psicólogo conseguirá potencializar sua intervenção, se atuar “preparando” os educadores para que eles próprios desenvolvam o trabalho junto a crianças e adolescentes. É também sua função auxiliar a instituição, como um todo, envolvendo a direção e a equipe pedagógica nas várias etapas de formação; é importante que participe da elaboração do planejamento conjunto e de reuniões de estudo e debate sobre os fundamentos da Educação Sexual. Pode ter, também, efetiva participação na coordenação da intervenção junto aos pais, tanto no sentido de informá-los sobre o trabalho a ser desenvolvido pela instituição, quanto no sentido de coordenar encontros que os ajudem a assumir a tarefa de educar sexualmente seus filhos.

O trabalho de “preparação” de educadores sexuais não é tarefa simples, que se resolve com algumas reuniões de estudo. É um trabalho a ser desenvolvido de forma sistemática e prolongada, para que o educador tenha oportunidade de repensar seus valores, suas atitudes e seus sentimentos em relação à sexualidade, além de aprender estratégias de ensino para atuar junto aos seus alunos. É fundamental que ele tenha espaços para reflexão e troca de idéias com seus colegas, parceiros de profissão; sem rever seus tabus, fica difícil abordar o assunto com seus alunos.

Esta “preparação” necessita estar inserida na perspectiva de formação continuada e seguir o modelo reflexivo de formação, no qual se tem como base a prática pedagógica do professor, o saber construído por ele próprio e o exercício de reflexão em grupo, conforme pressupostos teóricos preconizados por ALARCÃO (1998), CANDAU (1996), NÓVOA (1997), PERRENOUD (1999) e SCHÖN (1997).

Não vejo como exclusivo do psicólogo este tipo de trabalho e considero que também pedagogos, biólogos ou filósofos, por exemplo, podem fazer semelhante trabalho, desde que tenham sólida formação a respeito do tema Educação Sexual.

Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde 1995, desenvolvo um projeto de extensão universitária, que consiste em Grupos de Estudos sobre Educação Sexual (GEES), que tem como objetivo preparar profissionais, especialmente educadores de crianças e adolescentes, para atuarem na área da Educação Sexual. Esta experiência, que culminou em minha Tese de Doutorado (FIGUEIRÓ, 2001a), intitulada: “A Formação de Educadores Sexuais: Possibilidades e Limites”, pode constituir-se em uma das referências para profissionais que aceitam o desafio de coordenarem um trabalho desta natureza.

³ LOPES, Gérson. Sexualidade humana: a investigação sexológica. In: I CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM SEXUALIDADE CLÍNICA. Londrina: SOGIPA, 2002.

Considero que o psicólogo é um dos profissionais aptos a coordenar a formação de educadores sexuais, porque este trabalho envolve o saber ouvir, a capacidade de empatia e a capacidade de lidar com atitudes e sentimentos construídos pelos educadores (assim como pelo próprio psicólogo) em um processo longo de formação pessoal. Envolve ter que trabalhar com atitudes, revendo e ajudando a construir novas, como por exemplo, a convicção pessoal de que é função da escola envolver-se com a Educação Sexual de seus alunos. Além de ajudar os profissionais a compreenderem a importância da participação da escola na formação sexual do aluno, o psicólogo precisa trabalhar, estrategicamente, para motivá-lo a “abraçar”, de forma efetiva, a Educação Sexual. Há também que se trabalhar sentimentos como o medo: medo da reação dos pais, que muitos trazem consigo; medo de pensar que, ao falar, vão estar incentivando os alunos a fazer sexo.

Quanto a atuar diretamente com crianças e adolescentes, coordenando oficinas com dinâmicas de grupo e outras estratégias, penso que o psicólogo até pode desenvolver trabalhos desta natureza e isto lhe dará um *know-how* para formar educadores. Caso tenha tempo e condições, pode, paralelamente, fazer este tipo de trabalho, mas não deverá deixar de lado a formação dos educadores, pois, como determinam os PCN (BRASIL, 1998), são eles os principais agentes da Educação Sexual.

Tem sido visto criticamente, por vários estudiosos, como por exemplo, GUZZO (1999) e NOVAES (2003), a necessidade de redefinir os tipos de intervenção, assim como a formação, em especial a formação continuada, dos que atuam na Psicologia Escolar.

“É preciso que a Psicologia Escolar seja priorizada como uma especialidade e que os profissionais que se interessam em atuar junto ao sistema educacional reconheçam a necessidade de uma formação reflexiva contínua e crítica, deixando de lado um modelo ultrapassado e ineficaz de atuação para uma proposta de trabalho que dê conta de um envolvimento maior com a comunidade educacional e sua dinâmica.” (GUZZO, 1999, p. 136).

136

Atuação em políticas públicas ou projetos educacionais e sociais

Considero primordial que a Educação Sexual esteja comprometida com a perspectiva política ou, também denominada, emancipatória. Nesta perspectiva, além da preocupação com a formação do educando, para que este viva bem sua sexualidade, de forma feliz e saudável (o que é assegurado pela Abordagem Pedagógica de Educação Sexual⁴), a intervenção do educador deve estar voltada, sobretudo, para a transformação social das normas e valores controvertidos ligados à sexualidade. Neste processo, procura-se desenvolver, nos educandos, uma postura crítica em relação às questões que envolvem relações de poder e formá-los eticamente para a aceitação das diferenças e para o respeito pelas minorias. Procura-se, ainda, reconstruir as relações de gênero, sob a base do enfoque sócio-histórico-cultural, assim como também resgatar o erotismo, ou seja, a visão positiva do prazer e da sexualidade na vida das pessoas, não só adultas, mas também jovens e crianças. (FIGUEIRÓ, 1996, 2001a, 2001b).

⁴ Tomarei como base a escola e os professores, nos apontamentos que faço neste item, mas eles são extensivos, também, às demais instituições e a seus referidos profissionais, como por exemplo, ao assistente social e ao pedagogo.

Desta forma, fica clara a possibilidade de engajamento em políticas públicas e programas vinculados à educação, intervenção ou prevenção. Como exemplo, no campo da AIDS, é possível citar a atuação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), que conta com o apoio da Fundação Ford e realiza trabalhos de pesquisa e de intervenção relacionados à questão da diversidade sexual, incluindo a luta por direitos das pessoas homossexuais.

Um outro exemplo, que vale a pena ser referenciado, é o Programa de Inclusão do Pai Adolescente, desenvolvido em Belo Horizonte, com o apoio da Fundação McArthur e da PUC de Minas Gerais. Tem como objetivo geral "...contribuir para dar visibilidade à questão da paternidade na adolescência por meio de intervenções que apresentam a dupla finalidade de educar e produzir/disseminar conhecimento, em vista de uma revisão crítica e da transformação da realidade masculina e da paternidade." (p.5) A metodologia de trabalho é a realização de oficinas com grupos de pais adolescentes, onde, através da pesquisa-ação, faz-se, ao mesmo tempo, um trabalho de intervenção e de produção de conhecimento. (RENA e NASCIMENTO, 2000).

Estar aberto para projetos de caráter social é estar atento a necessidades socioeducativas emergentes. Ao falar sobre essas necessidades, NOVAES (1999) chama atenção para a urgência da renovação da prática do psicólogo escolar, propõe que ele seja um "[...] aliado constante da transformação social, e dos interesses da maioria da população." (p.97) e afirma que:

"Como perspectivas para a Psicologia Escolar surge a necessidade de ampliar projetos integrados com as demandas sociais a fim de garantir a continuidade e sistematização de sua atuação e da pesquisa, em todos os níveis de escolaridade, estimulando a troca intergeracional e trabalho em equipes interdisciplinares." (p.100.)

137

Atuação no setor de pesquisas

Desenvolver investigações que vão ao encontro da construção do conhecimento sobre sexualidade e Educação Sexual é uma tarefa que compete também, e especialmente, ao psicólogo. Há uma grande variedade de temas que podem ser pesquisados, entre eles: gravidez na adolescência, homossexualidade, prostituição, aborto, AIDS e DST, masturbação, atuação da escola e/ou dos pais na Educação Sexual, sexualidade na terceira idade, prostituição, abuso sexual, relações de gênero, etc.

Especialmente por serem assuntos bastante ligados a relacionamento, afetividade, sexualidade e cultura, penso que a abordagem qualitativa de pesquisa deve ser privilegiada, pois nela há a preocupação:

"...com o *processo* dos fenômenos estudados e, não simplesmente, com os resultados e tem como característica básica a "*interpretação*" dos fenômenos, pelo pesquisador. O pesquisador é tido como instrumento essencial da pesquisa, e seu quadro de referência, seus valores e sua postura estão presentes na análise feita dos dados, o que assegura uma margem de subjetividade na mesma." (FIGUEIRÓ, 2001a, p.25).

Conclusões

A partir dos elementos apresentados neste texto, é possível verificar quão grande é o leque de possibilidades de atuação do psicólogo, no campo da Educação Sexual. E como consta na Resolução do CFP, “[...] na prática profissional, independente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

Considerando que o psicólogo deve ser detentor de uma identidade única e uma especificidade de ação independente de sua área de atuação, como defende PATTO (1987) e, considerando que o campo da sexualidade está imbricado com o processo de construção social de valores e normas, e que normas culturais repressoras e negativas exercem efeito deletério sobre a vida e o bem-estar das pessoas, deve o psicólogo auxiliá-las a identificar as influências repressoras.

Tendo em vista todo o compromisso social do psicólogo com as questões que envolvem o bem-estar dos indivíduos e da sociedade, penso que, além de produzir conhecimentos científicos, cabe a ele estar atento para também participar dos debates e reflexões a respeito de tudo o que é ligado ao relacionamento humano e à vida afetivo-sexual dos indivíduos. Neste campo, no que se refere, especialmente, à sexualidade, tenho percebido um distanciamento grande dos referidos profissionais. Se tomarmos como exemplo as temáticas recentes que mais têm vindo à baila na mídia, que são o casamento de homossexuais e o aborto, veremos que o psicólogo tem se mantido alheio e o espaço de posicionamento crítico tem cabido, geralmente, a advogados, filósofos e médicos, entre outros.

Finalizando, desejo chamar a atenção para o fato de que é preciso buscar medidas para que, durante o processo formativo dos psicólogos, tanto na graduação, como na pós-graduação, sejam-lhes assegurados os meios para que possam, com comprometimento e competência, intervir no contínuo processo de construção cultural da sexualidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2001.

ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Caminhos da profissionalização do magistério*. Campinas: Papirus, 1998, p.99-122.

ARRUDA, Ângela. Sexualidade e informações: recados dos adolescentes paraibanos. In: PAIVA, Vera (Org.). *Em tempo de Aids: viva a vida*. São Paulo: Summus, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. 2.ed., v.10. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. (Orgs.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: EDUFSCar, 1996., p. 139-152.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP Nº 1/99 de 23 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, 1999.

COSTA, Moacir. *Sexo: minutos que valem ouro*. São Paulo: Mandarim, 1997.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites*. 2001a. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

_____. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 2.ed. Londrina: UEL, 2001b.

_____. *Educação Sexual no dia a dia: 1ª coletânea*. Londrina: [s.n.], 1999.

_____. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.98, p.50-63, ago.1996.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. Novo paradigma para a formação e atuação do psicólogo escolar no cenário educacional brasileiro. In: GUZZO, Raquel Souza Lobo. (Org.). *Psicologia Escolar: LDB e educação hoje*. Campinas, SP: Alínea, 1999. cap.7, p.131-144.

MELO, S. M. M. de. *Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em profissionais*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NOVAES, Maria Helena. A convivência em novos espaços e tempos educativos. In: GUZZO, Raquel Souza Lobo. (Org.). *Psicologia Escolar: LDB e educação hoje*. Campinas, SP: Alínea, 1999. cap.5, p.91-102.

_____. Repensando a formação e o exercício profissional do psicólogo escolar na sociedade moderna. In: ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. (Org.). *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Alínea, 2003. cap. 6, p. 127-146.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: _____. (Org.). *Os professores e a sua formação*. 3.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p.13-33.

PATTO, Maria Helena Souza. Da Adesão à transformação: caminhos. In: _____. *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, cap.5, p.160- 209.

PERES, Camila Alves; BESSA, Cely; GONÇALVES, Elisabeth M. Vieira; CASTRO E SILVA, Ricardo de; PAIVA, Vera. *Fala educadora! Educador!* São Paulo: Laboratório Organon, [2000].

PERRENOUD, Philippe. Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. *Revista Brasileira de Educação*, n.12, p.5-19, set./dez. 1999.

PIRES, Rosa Cristina Cavalcanti de Albuquerque. *De um corpo que se finda a um corpo que se faz: um estudo sobre a sexualidade feminina na velhice*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

RENA, Luiz Carlos Castello Branco; NASCIMENTO, Rubens Ferreira do. *Programa de inclusão do pai adolescente*. Belo Horizonte: Fundação MacArthur, 2000.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. *In:*

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1997.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. *In:* António Nóvoa (Org.). *Os professores e a sua formação*. 3.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p.77-92.